

**O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v1i1p91-103

Heitor Reider Rodrigues Bohn\*

**Palavras-chave:** Narrativa, Historiografia, Escrita da História

**Resumo:** Este breve ensaio procura ressituar o debate sobre a narrativa em História tendo como ponto de partida a “crise dos paradigmas” na década de 1980, momento de revisão historiográfica que propiciou questionamentos não apenas de teor ideológico, mas do próprio “fazer histórico”, isto é, da relação entre os historiadores e suas pesquisas. Procurar-se-á, portanto, discutir, através da seleção de alguns posicionamentos e seus desdobramentos a validade desta modalidade de escrita da história.

*O historiador é obrigado a explicar de uma ou de outra maneira os episódios com que lida, e não pode absolutamente contentar-se em representá-los como modelos da história do mundo. É exatamente o que faz o cronista, especialmente através dos seus representantes clássicos, os cronistas medievais, precursores da historiografia moderna. Na base de sua historiografia está o plano de salvação, de origem divina, indevassável em seus desígnios, e com isso desde o início se libertaram do ônus da explicação verificável.*  
Walter Benjamin

*O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal e não mais como moedas.*  
Friedrich Nietzsche

As duas epígrafes reproduzidas acima, cujos conteúdos têm significados diametralmente opostos, apontam, porém, para a finalidade deste ensaio: propor uma reflexão sobre a elaboração intelectual do material histórico (a pesquisa) por parte dos historiadores, que se faz por escolhas metodológicas, recortes temáticos

---

\* Graduando em História pela Universidade de São Paulo.

e cronológicos e que, por fim, são alinhavados na escrita, na “narrativa” que se queira apresentar sobre os acontecimentos/ fenômenos históricos. O filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) é citado aqui, pois no seu ensaio “O Narrador”, do qual extraímos a referida passagem, evoca a narrativa como forma de escrita que dá sustentação a uma explicação, isto é, esta relacionada à tentativa de decifração do mundo, este mundo “desencantado” da modernidade, onde a objetividade científica, da “explicação verificável” se sobrepõe àquelas exposições de caráter mítico ou metafísico. Contudo, Benjamin, o eterno “rabino marxista”, nos dizeres do crítico literário inglês Terry Eagleton, ainda considera o historiador moderno um sujeito de conhecimento que aplica intencionalidade na execução de seu trabalho. Para o filósofo de Frankfurt o historiador da modernidade superou (no sentido hegeliano do termo: *aufheben*) as narrativas de origem sobrenatural e religiosa, mas ainda anseia por uma “verdade”, mantendo a ilusão de salvação e libertação humana, mesmo que seja uma redenção mundana (o fim das divisões sociais, por exemplo). Já Friedrich Nietzsche, apelando para sua filosofia “a golpes de martelo” questiona a própria validade de uma verdade universal, desconfiando daquelas já postas no relacionamento entre os seres humanos. É um pensador que prefigura nossa realidade “pós-moderna”, pois já nos Oitocentos criticava a sociedade e cultura alemãs pretensamente “modernas” e “industriais”. Como se nota no respectivo trecho citado, as “verdades” estariam indicadas apenas no plano da linguagem e ganhariam força somente quando pronunciadas ou consolidadas no (e pelo) conjunto social. A verdade é discursiva, portanto, especialmente naquele sentido atribuído à teoria foucaultiana, reação aos anos de crise das Ciências Humanas, uma crise vivenciada a partir da segunda metade do século XX. Sendo assim, este breve ensaio deve ser considerado como uma procura, no âmbito da História, de responder a este impasse: a narrativa é uma modalidade inteligivelmente científica e permitiria, por sua vez, desdobramentos, generalizações, ilações e verificações objetivas das ações humanas e das sociedades no tempo ou apenas sintetizam um determinado conjunto de singularidades temáticas esparsas e pontuais, num caráter descritivo de investigação? Perceba-se,

**O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR**

pois, que a suposta resposta a esta difícil questão está no cerne da própria importância da disciplina no conjunto das Humanidades, inclusive da sua condição como Ciência Social, cuja especificidade repousaria na relevância dos assuntos humanos tomados na conjuntura social e abordados pela diacronia de eventos, o que nos dá a noção de *processo* ou *fenômeno* histórico.

Indagando-se a qualquer pretensão historiador que esteja cursando a disciplina com o intuito de “praticá-la” ou simplesmente lecionar em escolas/universidades públicas e/ou privadas a respeito da chamada “crise dos grandes paradigmas da História”, logo se observa (se o aluno assistiu minimamente a duas ou três aulas de teoria) que a grande maioria poderá responder: trata-se da falência do marxismo e do estruturalismo como sistemas teóricos “totalizantes” e capazes de explicação da realidade historicamente constituída, isso devido à emergência de um mundo neoliberal e mais “pós-moderno”. Essa assertiva tornou-se óbvia e é comumente reproduzida mesmo em congressos e colóquios, haja vista que os estudantes de História (quase sem distinção) são caracterizados como aqueles que geralmente se inclinam para uma maior sensibilidade política e uma preocupação social manifesta, confundindo-se muitas vezes e até de maneira prejudicial à disciplina o trabalho do historiador com o do militante político. É como se nele, como de praxe ocorre com qualquer estudioso das Ciências Humanas, fosse depositada a responsabilidade de comprovar pelos documentos todas as “injustiças históricas das desigualdades econômicas, políticas e sociais” imperantes no sistema capitalista, estabelecendo-se a sinonímia entre a figura de historiador com a do justiceiro.

Evidentemente, que não queremos dizer aqui que o historiador seja passivo diante de seu objeto de estudo<sup>2</sup>, que não se sensibilize pelas questões de seu presente, afinal ele não é um “simples recolhedor de fatos”. Entretanto, imputar a essa profissão tal fardo em demasia é eclipsar o próprio ofício em si daquele que se dedica não menos a problematizar quanto *compreender* o passado, por meio da

---

<sup>2</sup>Já Hegel no famoso texto *A razão na história*, publicado postumamente e baseado nas aulas de filosofia deste pensador entre 1822 e 1830 alertava, em resposta implícita a Ranke, que “também o historiador corrente e mediano, que intenta e pretende conduzir-se apenas à maneira de inventariante, entregando-se somente ao que é dado, não é passivo no seu pensar; traz consigo as suas categorias e vê através delas o existente” (página 33).

confrontação de vestígios – materiais ou documentais – que foram legados por homens que viveram em sociedades que viveram em sociedades situadas em espaço-tempo distinto. Reconhece-se o passado então como dado existencial inalterável, por mais que alguns julguem atualmente o seu produto como *ficção*, resultado da imaginação do historiador, porquanto relato de uma pessoa sobre os relatos e memórias de outras em épocas anteriores, ocasionando-se, então, outro impasse epistemológico da História, pois tratar-se-ia de utilizarmos a narrativa apenas como uma forma literária que se sobreporia às outras representações individuais ou coletivas<sup>3</sup>.

Interessante é observar como neste contexto de “crise de identidade” vivida pela História na década de 1980, uma crise provocada pela emergência de uma multiplicidade de questões sociais e políticas propiciadas pelo fim do bloco soviético e da reestruturação do mundo sob a hegemonia da “democracia” americana, a pluralidade de posicionamentos dos seguidores de Clio tornou-se sintomática e exige uma revisão historiográfica. Em primeiro lugar, porque nos obriga a reconhecer a peculiaridade das escolhas e do ofício de cada historiador, por mais que este professe filiação com esta ou aquela tendência historiográfica, ou mesmo, esta ou aquela opção política. Em segundo lugar é indispensável aos historiadores a reflexão sobre sua disciplina, que deve ser feita com tanto afinco quanto a sua busca por um conjunto de documentos, a escolha de uma periodização e a elaboração de um problema, que é a definição de um *tema* de pesquisa. Pois se não reconsiderarmos a Historiografia, aqui definida no seu sentido mais imediato, como história da História – o desenvolvimento do trabalho dos historiadores desde a institucionalização da disciplina – não apreenderemos a noção de como as perguntas do presente levam (e sempre levaram) os historiadores a se interrogar e avaliar o passado, do qual este mesmo presente é sempre resultado, ou seja, a

---

<sup>3</sup>Hayden White, historiador americano e conhecidíssimo por suas críticas epistemológicas à historiografia é aqui o autor chave na discussão sobre a questão da representação narrativística na História. Um texto assaz hermético de sua autoria intitulado *A questão da narrativa na teoria contemporânea da História*, publicado pela Revista de História da Unicamp (1991), procura enfocar a dimensão figurativa e discursiva pela qual os historiadores escrevem sobre o passado, além de complexificar o debate colocando também, como vimos, a questão da intencionalidade.

**O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR**

famosa interdependência entre o passado e o presente, tensão que define qualquer pretensão de pesquisa histórica.

Como este trabalho propõe-se a captar determinado momento na Historiografia, mais especificamente aquele que se configurou a partir de 1970, em que o assunto em pauta era, *par excellence*, a narrativa histórica, caber-nos-ia verificar as raízes e razões do porquê os historiadores voltaram-se para uma reflexão sobre os modos de escrita da História. De maneira preliminar, poderíamos dizer que, neste extenso e complexo debate, os maiores provocadores seriam, na sua versão dos anos 1970, certamente, Lawrence Stone – historiador inglês que tinha uma visão muito simplista da narrativa histórica – e, nos anos de 1980, no contexto agudo da “crise”, Hayden White, que atribuiu valor mais literário do que propriamente epistemológico para o *fazer* do conhecimento histórico. Havia ainda os que procuravam dar se não um *sentido*, pelo menos uma lógica para a manutenção do ofício do historiador nas sociedades contemporâneas. Entre estes últimos, estariam aqueles que dariam atenção aos contrapontos oferecidos pela argumentação de Eric Hobsbawm; da “volta” aos clássicos do século XIX como pretende François Hartog, ou ainda nas análises sugeridas por Peter Burke. Faremos toda esta operação de reconstituição do debate, guardando, como deve ficar evidente, as devidas ressalvas das distintas linhagens historiográficas ou opções ideológicas que separam todos estes historiadores.

Selecionamos e mencionamos esses autores, pois um dos objetivos desse pequeno ensaio é, além da tentativa de responder àquela pergunta inicial, pontuar as visões destes decanos sobre a *narrativa*. Por ora, podemos afirmar que por mais que esta seja rechaçada ou glorificada na discussão maior sobre o estatuto (literário ou epistêmico) da História, foi sempre por meio desta modalidade de escrita que o historiador, para citar a feliz expressão de Febvre, construiu e “chamou os fatos à vida” (FEBVRE, 1989, p.32).

A gênese do debate em torno da narrativa histórica não é longínqua de nós, conforme anunciamos. Podemos dizer que fora reintroduzido na cena historiográfica contemporânea pelo artigo do historiador inglês Lawrence Stone

(1919-1999) e publicado pela revista acadêmica britânica *Past and Present* em novembro de 1979, cujo título era *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*, em que Stone definia a narrativa como:

(...) a organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração do conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo sub-tramas. A história narrativa se distingue da história estrutural por dois aspectos essenciais: sua disposição é mais descritiva do que analítica e seu enfoque central diz respeito ao homem e não às circunstâncias. Portanto, ela trata do particular e do específico, de preferência ao coletivo e ao estatístico (STONE, 1991, p. 13-14).

Daí que o autor segue o texto apresentando uma espécie de “compêndio” dos diversos campos da profissão histórica desde a constituição da disciplina em fins do século XIX e as posteriores tendências do XX (cliometristas, marxistas, annalistas, etc.) e da sua utilização (ou não) da *narrativa*. É nítido neste artigo, que Stone está preocupado em mapear os diferentes segmentos (história cultural, serial-quantitativa ou cliométrica, história social britânica, história das mentalidades) e a possibilidade ou não de adequação dessa variante da escrita histórica, capaz de apreender mais o singular e o curso dos acontecimentos, portanto, capaz de fazer retornar o *indivíduo*, ou melhor, as ações humanas até então submetidas às forças impessoais da estrutura/produção. Assim, o “ressurgimento” da narrativa para Stone explica-se pela desilusão dos historiadores quanto aos modelos econômicos generalizantes e deterministas. No entanto, como observou Peter Burke, é perceptível em seu texto a “tristeza diante do que ele chama de a mudança do modo analítico para o descritivo” (BURKE, 1992, p. 330).

Já Hobsbawm em sua contundente réplica *Some Comments* publicada para a mesma revista, rechaça a visão de Stone de que haveria um ressurgimento da história narrativa, cujo caráter seria mais de compreender o *como* do que enfatizar o *porquê*. O historiador marxista inglês ainda acreditava que a disciplina permitiria “generalizações acerca das sociedades humanas e seu desenvolvimento” (HOBBSAWM, 1991, p. 41), isto é, no estatuto epistêmico da História, ou como diria Febvre na História como “estudo cientificamente conduzido”. Nesse sentido, sua crítica estaria ligada ao entendimento de que os indivíduos privilegiados na narrativa histórica não são um fim em si mesmo e poderiam dar acesso às estruturas

**O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR**

sociais latentes, em especial, a das mentalidades. É excepcional a sofisticação de Hobsbawm em reconhecer o campo das mentalidades senão como autônomo pelo menos não imediata e mecanicamente determinado pelos condicionantes da base econômica ou material, mas como uma dimensão da existência humana complementar aos modelos que buscam a interpretação:

(...) Pode-se considerar a nova história dos homens e mentalidades, ideias e acontecimentos, mais como uma complementação do que como uma suplantação da análise das tendências e estruturas socioeconômicas (HOBSBAWM, 1991, p. 43).

Como se observa, nesse aspecto do debate acerca da narrativa histórica, a relação à sua aplicação metodológica se dá pela tensão entre estrutura e acontecimento, ou seja, entre caráter explicativo e narrativo da escrita histórica. Neste ponto, Peter Burke (novamente ele) apresenta-nos uma interessante distinção do que ele chama de “explicação estrutural” e “explicação narrativa”, fornecendo-nos um exemplo interessante da dicotomia entre estes dois níveis na escrita tradicional da História (leia-se aquela praticada no século XIX) e a escrita moderna da História, configurada sobre os influxos teórico-metodológicos dos *Annales*:

Os historiadores desses dois campos: estrutural e narrativo diferem, não apenas na escolha do que consideram significativo no passado, mas também em seus modos preferidos de explicação histórica. Os historiadores da narrativa tradicional tendem – e isto não é exatamente contingente – a exprimir suas explicações do tipo “as ordens chegaram tarde de Madri, porque Felipe II não conseguia decidir o que fazer”, em outras palavras, como diriam os filósofos: “a janela quebrou, porque Brown atirou nela uma pedra”. Os historiadores estruturais, por outro lado, preferem explicações que tomam a forma: “a janela quebrou porque o vidro era frágil” ou (citando o famoso exemplo de Braudel) “as ordens chegaram tarde de Madri porque os navios do século dezesseis demoravam várias semanas para cruzar o Mediterrâneo”. Como observa Stone, o chamado renascimento da narrativa tem muito a ver com uma crescente desconfiança do segundo modo de explicação histórica, frequentemente criticado como reducionista e determinista (BURKE, 1992, p. 332).

Entretanto, se para Burke a tradicional oposição entre os acontecimentos e as estruturas pode ser superada pelo que ele chama de “inter-relacionamento entre formas narrativas de análise ou formas analíticas de narrativa” (BURKE, 1992, p. 37) considerando a variedade dos temas específicos sobre os quais o historiador possa

de debruçar – história da masculinidade, da feminilidade, da família, do roubo, etc. – Hobsbawm fará uma observação mais prudente acerca da pluralidade dos objetos novos que a *nouvelle histoire* traz ao âmbito da disciplina, discutindo mesmo se isso não implicaria a fragmentação da História, fragilizando a sua capacidade de síntese em relação aos processos e dinâmicas mais “gerais”, estrutural e temporalmente diacrônicas:

(...) O problema de reunir as várias manifestações do pensamento e ação humana num período específico não é novo nem desconhecido. Nenhuma história da Inglaterra sob Jaime I que omita Bacon ou trate-o exclusivamente como advogado, político ou figura da História da Ciência ou da Literatura há de ser satisfatória. Ademais, isso é reconhecido mesmo pelos historiadores mais convencionais, mesmo quando suas soluções (um capítulo ou dois sobre ciência, literatura, educação ou alguma outra coisa em apêndice ao corpo principal do texto político-institucional) são insatisfatórias. Mas, quanto maior o leque de atividades humanas aceito como legítima preocupação do historiador, com tanta maior clareza entende-se a necessidade de estabelecer conexões sistemáticas entre elas e tanto maior a dificuldade de alcançar uma síntese. Naturalmente, isso é muito mais do que um problema técnico de apresentação, mas também consiste nisso. Mesmo os que continuam a se guiar em suas análises por algo semelhante ao modelo “hierárquico em três terços” da base e das superestruturas, rejeitado por Stone, podem considerá-lo como um guia impróprio para a apresentação embora provavelmente seja menos impróprio do que uma pura narrativa cronológica (HOBSBAWM, 1991, p. 42).

O debate historiográfico em torno da narrativa foi tão intenso, como demonstraram estes autores britânicos (Stone, Hobsbawm e Burke), sobretudo num contexto de desilusão dos grandes paradigmas norteadores da escrita e compreensão da História – seja o marxismo ou o estruturalismo – que se promoveram questionamentos de vários tipos quanto à validade da disciplina, como até mesmo se a composição do texto do historiador seria arte ou ciência. Sendo a década de 1980 um marco cronológico de inflexão, levando à experimentação de um novo “regime de historicidade”, o do “Presentismo” (conceito cunhado por François Hartog) em que se reconhece não ser o passado mais possível de ser reconstituído na sua integralidade nem tão pouco o futuro previsível, tornando este período existencial que vivemos um *continuum* alargado e indeterminável, como se pensar o ofício do historiador na contemporaneidade? Deverá ele

**O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR**

irremediavelmente aceitar seu destino e de sua sociedade com *amor fati*, na bela expressão cunhada por Nietzsche?

Talvez o historiador francês Hartog tenha razão quando chama atenção, para que nós historiadores ou futuros historiadores atenhamos à importância da metodologia histórica num momento de desilusão política e de estase social. Faz-se mister, neste tempo marcado pela globalização mundial da economia capitalista, reconhecermos a falência de certos pressupostos sobre o social respaldados pelo progresso científico e sequiosos pela promessa de mudança no futuro? A disciplina histórica não teria em sua gênese uma vocação para tornar-se Ciência, vocação esta que nas décadas de 1920 e 1930, com o surgimento da primeira geração do *Annales*, resvalou na elaboração consistente de um paradigma adequado para um estudo que deveria privilegiar o reconhecimento do funcionamento e organização da vida humana numa determinada sociedade e num determinado tempo? Por isso ele revisita o trabalho de Fustel de Coulangens em *O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges*, em cujo prefácio diz:

Por volta de 1980, porém, já não se duvida de que esses modelos científicos, grandes consumidores de futuro, e firmemente atados ao conceito de progresso, sejam cada vez mais inoperantes. Abre-se um tempo de estase, momento de pausa em que o olhar para trás se torna legítimo: para abranger o caminho percorrido, para tentar entender onde nos encontramos hoje e por quê. É uma forma de manter-se à distância, passando do prospectivo ao retrospectivo: as pessoas preocupam-se com genealogia e as empresas com seus arquivos. Como as outras disciplinas, a história não escapa a esse movimento, mas não é de modo algum a sua iniciadora. A reintrodução da história na história, praticada e proclamada por Febvre, preconizada por Marrou e Aron contra a história positivista, preparou, porém, o terreno: o historiador está disposto a entrar “na categoria histórica”. Trata-se de outras tantas condições que favorecem a abertura de um espaço para uma história da história (HARTOG, 2003, p. 21).

O livro de Hartog é interessante por apresentar ao seu final um apêndice com uma seleção de textos do próprio Fustel que demonstra sua singularidade como autor do século XIX. Temas a respeito da metodologia do historiador como a isenção do historiador em relação ao seu presente, a busca pela *verdade* histórica e mesma da sua afirmação de que a história é ciência e não arte, rechaçando-se,

portanto, as narrativas políticas tradicionais mostra-nos a peculiaridade desse historiador do século XIX:

(...) A história é muito estudada em nossos dias: mas parece-me que, na verdade, as pessoas se servem dela mais do que a estudam. Da mesma forma, todos os partidos invocam a história em proveito próprio, chamam-na em seu auxílio, fazem dela um instrumento ou uma arma. Talvez fosse sensato começar por conhecê-la. Observem nossos jornais, órgãos das diferentes opiniões que nos dividem; a história enche metade das colunas, e, para apoiar suas próprias teorias, todos citam a história com uma segurança inabalável, como se ela pudesse sustentar as doutrinas mais contraditórias (COULANGES apud HARTOG, 2003, p. 303).

(...) A história, senhores, não é um divertimento ou uma distração. Não era seu desejo, decerto, que eu aqui viesse movido só do propósito de lhes apresentar uma série de relatos atraentes ou provocantes e de observações engenhosas. O que os senhores buscam é outra coisa que devem exigir daqueles que têm a honra de ocupar esta cadeira. A história não é uma arte que vise narrar com encanto. Não se assemelha nem à eloquência nem a poesia. O historiador pode ter imaginação; ela lhe é até indispensável; pois é necessário que ele firme no espírito uma imagem exata e viva das sociedades de outrora; mas a história não é um produto da imaginação (COULANGES apud HARTOG, 2003, p. 305).

Como se percebe pelo trecho acima Fustel recusava que a História pudesse ser fruto puramente da imaginação do historiador que deveria, por sua vez, procurar encontrar a verdade nos documentos e, note-se, não a respeito das grandes personalidades políticas mas, sobre a *sociedade* investigada por ele. Nesse sentido, não podemos acusar todos os historiadores no século XIX de “positivistas”, que procuravam sedimentar uma história/memória objetivamente nacionalista em seus respectivos países, ou seja, um estudo das sociedades exteriores à Europa visando identificar as supostas raízes políticas e culturais legitimadoras do Estado-Nação modernos. Este é um rótulo carregado de um pré-julgamento e que não leva em consideração a procura destes historiadores em captar as *estruturas* sociais, ainda que de maneira rudemente científica. Fustel de Coulanges adverte, “a história não é um produto da imaginação”, distanciando-se daquele tipo de História, muitas vezes fantasiosa sobre a França, escrita por Jules Michelet (1798-1874), seu conterrâneo. Fustel confere, portanto, valor epistemológico para as possíveis asserções históricas, algo que deveria ser repensado num momento de tantas indefinições sobre a validade científica da disciplina. A inflexão perpetrada pelos *Annales* com Marc Bloch e Lucien Febvre por mais que recusasse a história factual ou

## O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

pejorativamente designada como *évènementielle*, centrada nos fatos políticos e relacionados à narrativa histórica tradicional, jamais desprezou a *narrativa* como modalidade da escrita da História. Pelo contrário, julgaram-na indispensável para dar inteligibilidade às problematizações das ações humanas, para adensar suas demonstrações a respeito do funcionamento das estruturas sociais sobre os agentes históricos, sem recair, no entanto, em determinismos científicos de qualquer espécie. Recordemos o mote de Febvre: História é um “estudo cientificamente conduzido”. Daí a importância do *como* escrever uma história, como julgar a veracidade das fontes, enfim, como empreender uma *crítica histórica* distanciada de possíveis anacronismos.

A prova disso é o livro *Un destin: Martin Luther* de Febvre cuja primeira edição foi publicada em 1927, em que este eminente historiador francês valendo-se de uma periodização (1517-1525), de um personagem de grande relevância histórica e respaldado por novas concepções e parâmetros a respeito da prática de seu próprio ofício, procurou e, com maestria, obteve êxito ao fazer não uma simples biografia – tampouco um juízo (FEBVRE, 1994, p. 13) sobre a figura de Lutero –, mas antes reconstituir por meio das vicissitudes de suas ações as circunstâncias de uma Europa que resvala em reformas religiosas cujo impacto é de extraordinária ressonância. Não se trata apenas da vida de Lutero, mas das condições de toda uma Alemanha, ou melhor, de uma Europa em pleno século XVI. Um verdadeiro exercício metodológico, poderíamos dizer, uma vez que Febvre confronta variadas fontes históricas de época sobre Martinho Lutero e consegue fazer o “movimento” do particular ao geral, do específico ao mais abrangente, do indivíduo à sociedade valendo-se para isso de um “gênero” como a *narrativa* biográfica.

Assim, em consideração a esse amplo debate sobre a *narrativa*, verificamos que ela foi desde algum tempo, imprescindível à pesquisa. Contudo ela não equivale a um artifício literário, ficção criada pela mente do observador, no caso, uma criação imaginária do historiador. Primeiramente, porque o historiador constrói os fatos ao se debruçar sobre um tema e a colocar problemas, sendo a História, portanto, como diria Febvre, uma *profissão de inteligência*. Em segundo lugar, porque a *narrativa*

não é incompatível com a generalização explicativa ao conjunto de circunstâncias e processos que o historiador quer compreender, pelo contrário, ela reveste de inteligibilidade a sua argumentação, mesclando o entendimento da *memória* do acontecimento (ou os *registros* documentais) com outras fontes, dando margem às interpretações que são confrontadas com uma realidade existencial pretérita.

A possível resposta à nossa pergunta inicial é a de que a História tem estatuto epistemológico no conjunto das Ciências Sociais. A História pode sim fornecer-nos um conhecimento objetivo a respeito do passado humano, ensejando explicações respaldadas em comprovações (vestígios físicos e documentados) das ações (e contradições) humanas no tempo, mas isso depende do engenho e capacidade organizativa das informações recolhidas e do estudo sistemático elaborado por cada historiador, ou seja, não é só pura intencionalidade o conhecimento que formulamos sobre a História, mas também este não é desprovido, como qualquer Ciência Humana, da intervenção de um sujeito do conhecimento. Todo historiador interfere no material histórico e enquadra-o num tema e numa cronologia, o que já revela em si, uma predileção política e dá ao seu trabalho um teor de preocupação (ou não) com o presente em que vive, por mais que se afirme que quanto mais remoto e distante for o período estudado, maior as chances de sua pesquisa ganhar um aspecto mais “objetivo” e “neutro” em relação às agonias sociais e das contendas ideológicas travadas na sociedade onde ele está imerso. Enfim, isto equivale a dizer que o sujeito e o seu objeto de conhecimento estão aqui numa tensão, indicando, no entanto, apenas a uma oposição aparente, no sentido aventado por Hegel, pois estão se determinando reciprocamente. Tanto o historiador determina a História, como a História moldou (agora no sentido marxiano do termo) a consciência do historiador. Qualquer pesquisa histórica é gerada por um interesse, que pode estar intimamente ligada a uma perspectiva política ou uma realidade social vivida pelo historiador, tanto daquele que estuda a Antiguidade Romana, quanto aquele que procura analisar a estrutura escravocrata da sociedade brasileira no século XIX, por exemplo.

## O “RETORNO” DO IMPRESCINDÍVEL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA NARRATIVA HISTÓRICA E O OFÍCIO DO HISTORIADOR

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. Obras Escolhidas. Volume I. 5. Ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1993.*
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: *A escrita da História: novas perspectivas. BURKE, Peter (org.). São Paulo: Unesp, 1992,*
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História. 2.ª edição, Lisboa: Editorial Presença, 1989*  
\_\_\_\_\_. *Martinho Lutero: Um destino. Lisboa: Asa, 1994.*
- HARTOG, François. *O Século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.*
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *A razão na história. Lisboa: Edições 70, 1995.*
- HOBBSAWM, Eric. O ressurgimento da narrativa: alguns comentários. In: *Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.*
- STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. In: *Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.*
- NIETZSCHE, Friedrich. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-moral. Tradução: Torres Filho, R. In: *Antologia de Textos Filosóficos. Marçal, J. (org.), SEED, Paraná, 2009,*
- WHITE, HAYDEN. A questão da narrativa na teoria contemporânea da História. In: *Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.*